

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações de resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores acionistas

Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.^{as}. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Miguel do Gostoso, 28 de fevereiro de 2020.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Acionistas e Diretores da
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.
São Miguel do Gostoso - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Campina Potiguar Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Campina Potiguar Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e ao fazê-lo considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram examinadas por nós, no qual emitimos relatório em 28 de fevereiro de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

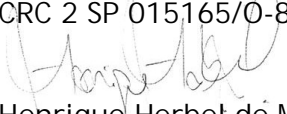


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8 - S - RN


Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3 - S - RN

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018		Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.158	1.255	Fornecedores		84	86
Aplicações financeiras	5	3.426	3.931	Financiamentos	8	3.366	3.356
Contas a receber	6 9	1.403	1.327	Obrigações tributárias		225	212
Estoques		428	378	Salários e férias a pagar		43	28
Impostos a recuperar		8	5	Dividendo a pagar	9	888	1.007
Despesas antecipadas		14	13	Arrendamentos a pagar	7	78	-
Outras contas a receber		91	78			4.684	4.689
		6.528	6.987	Não circulante			
				Financiamentos	8	32.819	36.072
Não circulante				Provisão para descomissionamento	7	514	-
Imobilizado	7	56.960	57.343	Arrendamentos a pagar	7	2.063	-
		56.960	57.343			35.396	36.072
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social		17.972	17.972
				Reservas de lucros		5.436	5.597
						23.408	23.569
Total do ativo		63.488	64.330	Total do passivo e do patrimônio líquido		63.488	64.330

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares Reais)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas	9 12	14.123	13.662
(-) Custo dos produtos vendidos	13	(6.203)	(6.130)
(=) Lucro bruto		7.920	7.532
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(160)	(98)
Outras (despesas) líquidas	13	(746)	139
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		7.014	7.573
Receitas financeiras	14	297	565
Despesas financeiras	14	(3.237)	(3.503)
(=) Resultado financeiro líquido		(2.940)	(2.938)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		4.074	4.635
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	15	(528)	(605)
(=) Lucro líquido do exercício		3.546	4.030
Lucro por ação		0,193	0,219

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
(=) Lucro líquido do exercício	3.546	4.030
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>3.546</u></u>	<u><u>4.030</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares Reais)

	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	17.972	738	9.428	-	28.138
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.030	4.030
Distribuição de dividendos	-	-	(7.591)	-	(7.591)
Reserva legal	-	202	-	(202)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.008)	(1.008)
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.820	(2.820)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17.972	940	4.657	-	23.569
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.546	3.546
Distribuição de dividendos	-	-	(2.819)	-	(2.819)
Reserva legal	-	177	-	(177)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(888)	(888)
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.481	(2.481)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.972	1.117	4.319	-	23.408

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
(=) Lucro líquido do exercício	3.546	4.030
Itens que não afetam o caixa operacional		
(+) Depreciação e amortização	2.394	2.234
(+) Juros e variações monetárias	3.231	3.498
(+) Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados	744	-
	<u>9.915</u>	<u>9.762</u>
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Aplicações financeiras	505	(1.519)
Contas a receber	(76)	803
Estoques	(50)	(92)
Impostos a recuperar	(3)	44
Despesas antecipadas	(1)	6
Outras contas a receber	(13)	(23)
Fornecedores	(2)	(49)
Obrigações tributárias	13	10
Salários e férias a pagar	15	(13)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>388</u>	<u>(833)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(61)	(859)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(61)</u>	<u>(859)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Arrendamentos pagos	(220)	-
Financiamentos pagos	(6.292)	(6.577)
Dividendos pagos	(3.827)	(8.680)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>(10.339)</u>	<u>(15.257)</u>
Redução de caixa	<u>(97)</u>	<u>(7.187)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.255	8.442
Caixa e equivalente de caixa no final do período	1.158	1.255
Redução de caixa	<u>(97)</u>	<u>(7.187)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Campina Potiguar Geradora Eólica S.A. (Companhia), localizada na Fazenda Canto da Ilha de Cima, s/n, Zona Rural, município de São Miguel do Gostoso - RN foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada. A companhia iniciou suas atividades em abril de 2014.

2. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2020.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Provisões para descomissionamento;
- Provisão para demandas judiciais.

A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo indicação contrária.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

3.2. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O principal ativo reconhecido na Companhia é a aplicação financeira.

3.3.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.3.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de hedge.

3.3.4. Categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.4. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

3.5. Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo do parque eólico.

3.6. Redução ao valor recuperável

O imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

3.7. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.8. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão foram capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base presumida excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e de 9% sobre a base presumida para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

3.11. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.12. Capital social

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

3.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica "receitas/(despesas) financeiras".

3.14. Mudanças em políticas contábeis

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	Terrenos
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	3.735
Provisão para desmontagem, remoção e restauração de área arrendada	1.518
Impactos da taxa de desconto	(2.560)
Ativo de direito de uso	2.693
Passivo de arrendamento	2.693
Prazo médio contratual (anos)	16

Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). A seguir são demonstrados os impactos no trimestre findo em 31 de dezembro de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente):

Impactos na demonstração do resultado	31/12/2019
Despesas com depreciação e amortização	(158)
Despesa de arrendamento operacional, incluída em serviços de terceiros	(88)
Resultado (Lucro Bruto)	(246)
Despesas financeiras	(181)
Total - impacto na despesa líquida	(427)

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	36	23
Aplicações financeiras	1.122	1.231
	<u>1.158</u>	<u>1.255</u>

5. Aplicações financeiras restritas

	31/12/2019	31/12/2018
Banco Bradesco S.A. (a)	3.426	3.931
	<u>3.426</u>	<u>3.931</u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 4,50 % a.a. em 2019 (6,40 % a.a. em 2018).

6. Contas a receber

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber - partes relacionadas (nota 9)	1.403	1.327
	<u>1.403</u>	<u>1.327</u>

O contas a receber da Companhia é composto apenas por títulos com vencimento em até 30 dias e são operações com partes relacionadas, a Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Em função disso, a Companhia não constituiu perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

7. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			31/12/2019	31/12/2018
Aerogeradores	61.650	(11.597)	50.053	51.932
Instalações e benfeitorias	2.318	(432)	1.886	1.963
Máquinas e equipamentos	3.067	(580)	2.487	2.589
Imobilizado em andamento	-	-	-	859
Direito de uso	2.692	(158)	2.534	-
	<u>69.727</u>	<u>(12.767)</u>	<u>56.960</u>	<u>57.343</u>

A Companhia acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo estão demonstradas na tabela de movimentação.

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa depreciação (a.a %)	31/12/2017	Adições	31/12/2018	Adições	baixas	transferencias	31/12/2019
Custo								
Aerogeradores		61.650	-	61.650	-	(920)	920	61.650
Imobilizado em andamento		-	859	859	61	-	(920)	-
Instalações e benfeitorias		2.318	-	2.318	-	-	-	2.318
Máquinas e equipamentos		3.067	-	3.067	-	-	-	3.067
		<u>67.035</u>	<u>859</u>	<u>67.894</u>	<u>61</u>	<u>(920)</u>	<u>-</u>	<u>67.035</u>
Depreciação								
Aerogeradores	3.3	(7.663)	(2.055)	(9.718)	(2.055)	176	-	(11.597)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(278)	(77)	(355)	(77)	-	-	(432)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(376)	(102)	(478)	(102)	-	-	(580)
		<u>(8.317)</u>	<u>(2.234)</u>	<u>(10.551)</u>	<u>(2.234)</u>	<u>176</u>	<u>-</u>	<u>(12.609)</u>
Direito de uso								
Contratos de arrendamento		-	-	-	2.692	-	-	2.692
(-) Amortização		-	-	-	(158)	-	-	(158)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.534</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.534</u>
Total do imobilizado		<u><u>58.718</u></u>	<u><u>(1.375)</u></u>	<u><u>57.343</u></u>	<u><u>361</u></u>	<u><u>(744)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>56.960</u></u>

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Direito de uso

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia identificou um contrato de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado ao parque eólico em operação.

Para esses contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Direito de uso do ativo arrendado	2.692	Arrendamentos a apagar	220
(-) Amortização direito de uso	<u>(158)</u>	(-) Juros a apropriar	<u>(142)</u>
	2.534		78
		Não circulante	
		Arrendamentos a apagar	3.294
		(-) Juros a apropriar	(1.231)
		Provisão desmobilização	<u>514</u>
			2.577
Ativo total	<u>2.534</u>	Passivo total	<u>2.655</u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de CDI+2,50% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Custo	31/12/2019
Amortização direito de uso	<u>(158)</u>
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>(181)</u>
Total	<u>(339)</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Juros	Principal
2020	142	78
2021	138	82
2022	132	88
2023	126	94
2024	119	101
2025 a 2035	<u>716</u>	<u>1.698</u>
Total	<u>1.373</u>	<u>2.141</u>

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Financiamentos

Financiamento BNDES	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	3.366	3.356
Passivo não circulante	32.819	36.072
	<u>36.185</u>	<u>39.428</u>

Vencimentos - Anos	R\$
2021	3.366
2022	3.366
2023	3.366
2024	3.366
2025	3.366
2026 em diante	16.139
Total do não circulante	<u>32.969</u>

O financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), captado/o pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a encargos fixos de 2,18% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com prazo de amortização mensal de até 192 meses.

O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA - Imposto de Renda e Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação do parque eólico. Em Agosto de 2018 foi assinado um aditivo ao contrato de financiamento para alterar as bases de cálculo do ICSD. O índice passou a ser calculado combinado ao dos demais parques eólicos controlados pela Ventos Potiguares. Conforme demonstrado no cálculo abaixo, a Companhia atingiu o ICSD contratualmente definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	2019	
	Individual	Combinado
Lucro bruto	7.920	86.546
Despesas administrativas e gerais	(160)	(2.155)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(744)	(10.739)
(+) Despesas não recorrentes	-	2.281
(+) Depreciação e amortização	2.393	28.788
EBITDA	<u>9.409</u>	<u>104.721</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(528)	(5.825)
GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE	<u>8.881</u>	<u>98.896</u>
SERVIÇO DA DÍVIDA	<u>6.292</u>	<u>75.879</u>
ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA	<u>1,411</u>	<u>1,303</u>

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e seus controladores:

Ativo circulante	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber		
Ventos Potiguares	<u>1.403</u>	<u>1.327</u>
	<u>1.403</u>	<u>1.327</u>
Passivo circulante		
Dividendos a pagar		
Ventos Potiguares	<u>888</u>	<u>1.007</u>
	<u>888</u>	<u>1.007</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado		
Receita de vendas		
Ventos Potiguares	<u>14.658</u>	<u>14.179</u>

Em 21 de julho de 2011 a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., cujo objeto foi a comercialização, entre as partes, de energia incentivada com 50% de desconto nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no período de 31 de dezembro de 2012 a 30 de dezembro de 2032, na região Nordeste.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 29 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

10. Provisão para demandas judiciais

A Companhia não possui nenhum processo em andamento com a probabilidade de perda que seja provável, para que seja reconhecida uma provisão, possível, para que seja requerida uma divulgação.

11. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$ 17.972 (R\$ 17.972 em 2018) totalmente integralizado e representado por 18.375.560 (18.375.560 em 2018) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Reserva legal

É constituída a razão de 5% sobre o lucro líquido no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Reservas de lucros

	31/12/2019
Saldo inicial	5.597
Lucro líquido do exercício	3.546
Distribuição de dividendos	(2.819)
Dividendos propostos	(888)
	<u>5.436</u>

12. Receita líquida de vendas

	31/12/2019	31/12/2018
Venda de energia	14.658	14.179
Impostos sobre as vendas	(535)	(518)
	<u>14.123</u>	<u>13.662</u>

13. Custos e despesas por natureza.

Classificação por natureza	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação e amortização	(2.393)	(2.234)
Custo do produto vendido	(711)	(595)
Custo com mão de obra	(357)	(353)
Serviços de terceiros	(2.297)	(1.896)
Arrendamento de terra	(88)	(278)
Despesas com pessoal	(55)	(1)
Despesas com serviços	(59)	-
Despesas tributárias	(2)	(95)
Baixa alienação de ativo imobilizado	(744)	-
Perdas e danos	-	(35)
Outros	(403)	(602)
	<u>(7.109)</u>	<u>(6.089)</u>

Classificação por função	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos produtos vendidos	(6.203)	(6.130)
Despesas administrativas e gerais	(160)	(98)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(746)	139
	<u>(7.109)</u>	<u>(6.089)</u>

14. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos sobre aplicações financeiras	296	564
Descontos obtidos	1	1
	<u>297</u>	<u>565</u>

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas financeiras	31/12/2019	31/12/2018
Juros sobre empréstimos	(3.049)	(3.497)
Despesas bancárias	(6)	(5)
Juros sobre arrendamento	(182)	-
	<u>(3.237)</u>	<u>(3.503)</u>

15. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente

a) Reconciliação do imposto de Renda e da Contribuição Social

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda		
Receita bruta	14.658	14.179
Alíquota	8%	8%
	<u>1.173</u>	<u>1.134</u>
Receita financeira	297	565
Base de cálculo	<u>1.470</u>	<u>1.699</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(220)	(255)
Adicional federal de 10%	(123)	(146)
Imposto apurado	<u>(343)</u>	<u>(401)</u>
Contribuição Social		
Receita bruta	14.658	14.179
Alíquota	12%	12%
	<u>1.759</u>	<u>1.701</u>
Receita financeira	297	565
Base de cálculo	<u>2.056</u>	<u>2.266</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>(185)</u>	<u>(204)</u>
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(528)</u>	<u>(605)</u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	14.955	14.744
Imposto calculado (IR/CS)	(528)	(605)
	4%	4%

16. Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

16.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, pelas características individuais de cada cliente.

A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2019 a exposição máxima é de R\$ 5.987 (R\$ 6.513 em 2018) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

16.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	84	-	-
Financiamentos	3.366	6.732	29.453

16.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

16.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

16.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.158	1.255	1.158	1.255
Aplicações financeiras	3.426	3.931	3.426	3.931
Contas a receber	1.403	1.327	1.403	1.327
Outras contas a receber	91	78	91	78
Total	<u>6.078</u>	<u>6.591</u>	<u>6.078</u>	<u>6.591</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	84	86	84	86
Financiamentos	36.185	39.428	36.185	39.428
Total	<u>36.269</u>	<u>39.514</u>	<u>36.269</u>	<u>39.514</u>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2019		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.158	-	-
Aplicações financeiras	-	3.426	-
Contas a receber	1.403	-	-
Outras contas a receber	91	-	-
Total	<u>2.652</u>	<u>3.426</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	84
Financiamentos	-	-	36.185
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.269</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.255	-	-
Aplicações financeiras	-	3.931	-
Contas a receber	1.327	-	-
Outras contas a receber	78	-	-
Total	<u>2.660</u>	<u>3.931</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	86
Financiamentos	-	-	39.428
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.514</u>

16.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

16.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 5,90 % para o CDI e 5,95 % para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável; e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

CAMPINA POTIGUAR GERADORA EÓLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	297	4,50%	13	17	20	10	7
Financiamentos		TJLP					
Despesa financeira	3.237	5,57%	(180)	(225)	(270)	(135)	(90)
Resultado financeiro			<u>(167)</u>	<u>(209)</u>	<u>(250)</u>	<u>(125)</u>	<u>(83)</u>

17. Eventos subsequentes

Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.